

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.740 - RJ (2019/0245819-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
IGOR DAMASCENO MAIA CARREIRO DE CARVALHO - RJ181861
RAFAEL NUNES VIEIRA - RJ219314
AGRAVADO : RUBEM DIAS DA SILVA
ADVOGADO : REGINALDO MATHIAS DOS SANTOS - RJ017524

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÕES CÍVEIS. COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO SANITÁRIO EM CONTA DE ÁGUA DO CONSUMIDOR. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. COMPANHIA RÉ QUE NÃO PRESTA QUALQUER SERVIÇO DE TRATAMENTO DE ESGOTO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ, A PARTIR DO RESP 1.339.313/RJ, JULGADO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS, AFASTADO POR NÃO SE APLICAR AO CASO. INOCORRÊNCIA DE DANOS MORAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSOS AOS QUAIS SE NEGA PROVIMENTO" (fl. 236, e-STJ).

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 267, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente alega ser legal a cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Aduz ter ocorrido violação dos arts. 489, 926, 927 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; 3º da Lei nº 11.445/2007 e 9º do Decreto-Lei nº 7.217/2010. Sustenta que o entendimento exarado em recurso repetitivo por esta Corte - REsp nº 1.339.313/RJ - foi afastado pelo tribunal estadual.

Ao final, afirma ser impossível a devolução dos valores já pagos em virtude do decurso do prazo prescricional trienal, de acordo com o art. 206, § 3º, IV, do Código Civil.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 386-389 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

Inicialmente, observa-se que o tribunal local indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Ademais, a jurisprudência desta Corte se firmou no seguinte sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE ALGUMAS ETAPAS. COLETA E ESCOAMENTO DE DEJETOS. TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO. LEGALIDADE DA COBRANÇA.

1. A genérica alegação de infringência ao art. 535 do CPC, sem infirmar de modo concreto os fundamentos do acórdão hostilizado, atrai a incidência da Súmula 284 do STF.

2. Não se pode conhecer da insurgência contra a ofensa dos arts. 205 e 206, § 3º, IV e V do Código Civil de 2002, pois os referidos dispositivos legais não foram analisados pela instância de origem.

3. O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

4. No julgamento do REsp 1.339.313/RJ, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC, o STJ firmou o entendimento de que se afigura legal a cobrança de tarifa de esgoto, ainda quando detectada a ausência ou deficiência do tratamento dos resíduos coletados, se outros serviços, caracterizados como de esgotamento sanitário, forem disponibilizados aos consumidores.

5. Recurso Especial parcialmente provido"

(REsp 1.520.200/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/5/2015, DJe 12/9/2016 - grifou-se).

No caso em tela, o aresto recorrido expressamente registrou:

"(...)

Compulsando os autos, verifica-se no laudo de fls. 123/144, que não há qualquer sistema público de esgotamento sanitário ou de águas pluviais no logradouro onde está localizado o imóvel do autor, e que não foi possível identificar se o dispositivo vistoriado promovia algum tratamento do esgoto sanitário (fl. 132).

Com isso, não pode ser aplicado ao caso concreto o julgado do Superior Tribunal de Justiça (Resp. 1.339.313/RJ), que pacificou o entendimento no sentido da licitude da cobrança da tarifa de esgoto, ainda que não haja a prestação integral do tratamento sanitário, visto que não há qualquer serviço de tratamento de esgoto, e que não ocorre sequer sua prestação de forma parcial.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

Desta forma, a aplicação de tal entendimento deve ser afastada no caso dos autos, visto que não é realizada nenhuma etapa legalmente prevista como serviço de esgotamento sanitário. Sendo assim, é ilícita a cobrança de tarifa de esgoto em questão, de modo que deve ser mantida a decisão em relação à condenação da ré a efetuar a cobrança proporcional da tarifa de esgoto" (fls. 238-239, e-STJ - grifou-se).

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Por fim, deixa-se de conhecer o tema acerca do prazo prescricional, haja vista não ter sido debatido na origem, tampouco arguido nos embargos declaratórios opostos às fls. 242-253 (e-STJ). Incide, na espécie, o óbice da Súmula nº 282/STF, aplicada por analogia.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator